



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20^{ANOS}

059/2020 – Poc/Fdd/Fadd/Ja/Mr

Cliente: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20^{ANOS}

1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e Demonstrativo das Variações Patrimoniais para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto a possíveis efeitos que possam advir da situação mencionada na seção **Base para opinião com ressalva**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Depreciação

O Conselho vem depreciando o ativo imobilizado utilizando as taxas sugeridas pelas autoridades fiscais, não sendo apresentado relatório sistêmico com os saldos de depreciações do exercício. Os valores dos itens do imobilizado são relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras, não nos foi possível estimar os impactos sobre os saldos do ativo imobilizado e do patrimônio social, bem como sobre o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Conselho efetuou a contabilização de depreciação do imóvel no exercício de 2018 no valor de R\$ 225.000,00 em conta de resultado, porém o imóvel adquirido é uma UIP (unidade de interesse de preservação) e conforme NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, não estão sujeitos ao regime de depreciação bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais



responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades públicas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Porto Alegre, 28 de agosto de 2020.

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S
CRC - RS 3.797
Pedro Osório Correa
Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Balanço Financeiro

2.3 – Balanço Orçamentário

2.4 – Variações Patrimoniais Quantitativas

2.5 – Notas Explicativas

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**
CNPJ: 14.804.099/0001-99**Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018****2.1 – Balanço Patrimonial**
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE	12.922.592,60	10.884.819,89	PASSIVO CIRCULANTE	484.830,82	557.118,52
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.619.179,93	10.006.356,80	Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assistênciais	0,00	0,01
Créditos a Curto Prazo	2.211.061,90	822.592,01	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	32.028,50	25.605,90
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	33.411,15	10.109,04	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Variações Patrim. Dim. Pagas Antecipad.	58.939,62	45.762,04	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.725.309,55	5.088.756,94	Provisões a Curto Prazo	445.706,07	531.010,15
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	7.096,25	502,46
Investimentos	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	260.000,00	260.000,00
Imobilizado	4.679.946,48	5.034.687,03	Provisões a Longo Prazo	260.000,00	260.000,00
Bens Móveis	1.424.150,03	1.399.558,38	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.903.071,33	15.156.458,31
Bens Imóveis	4.589.986,16	4.589.986,16	Resultados Acumulados	16.903.071,33	15.156.458,31
(-) Depreciação Acumulada	(1.334.189,71)	(954.857,51)			
Intangível	45.363,07	54.069,91			
Softwares	79.261,16	79.261,16			
(-) Amortização Acumulada	(33.898,09)	(25.191,25)			
TOTAL ATIVO	17.647.902,15	15.973.576,83	TOTAL PASSIVO	17.647.902,15	15.973.576,83

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR****CNPJ: 14.804.099/0001-99****Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018****2.2 – Balanço Financeiro****(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

RECEITA	31/12/2018	31/12/2017	DESPESA	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	10.024.901	9.818.579	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	9.411.175	9.311.912
RECEITAS CORRENTES	10.024.901	9.818.579	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	110.285	236.654
Receitas de contribuições	3.475.550	3.207.957	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO	32.029	25.276
Receitas de infrações	0	0	CRÉDITO EMPENHADO - PAGO	9.268.861	9.049.982
Receitas de serviços	5.569.091	5.374.782	DESPESAS CORRENTES	9.244.269	8.845.732
Receitas financeiras	918.242	1.209.646	Pessoal	5.239.863	4.445.886
Transferências correntes	0	0	Material de Consumo	66.734	74.652
Outras receitas correntes	62.018	26.193	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	505.029	611.655
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.956.756	2.262.357
			Encargos Diversos	247.399	285.386
			Despesas de Exercícios Anteriores	110.588	6.114
			Transferências correntes	1.117.900	1.159.682
			DESPESAS DE CAPITAL	24.592	204.250
			Investimentos	24.592	204.250
Recebimentos Extraorçamentários	3.131.784	2.116.190	Pagamentos Extraorçamentários	3.123.498	1.914.704
Saldo em espécie do Exercício Anterior	10.006.357	9.298.205	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	10.628.369	10.006.357
TOTAL DAS RECEITAS	23.163.042	21.232.973	TOTAL DAS DESPESAS	23.163.042	21.232.973

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR
CNPJ: 14.804.099/0001-99

Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018

2.3 – Balanço Orçamentário
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	10.777.948	11.105.671	10.024.900	(1.080.771)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.584.293	3.739.903	3.475.550	(264.353)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.584.293	3.739.903	3.475.550	(264.353)
Anuidades	3.584.293	3.739.903	3.475.550	(264.353)
RECEITAS DE SERVIÇOS	6.106.042	6.444.126	5.569.091	875.035
Emolumentos com expedição de certidões	0	0	36.524	36.524
Emolumentos com registro de responsabilidade técnica - RRT	6.106.042	6.444.126	5.531.915	(912.211)
Receitas diversos serviços	0	0	651	651
FINANCEIRAS	1.087.613	875.879	937.601	61.722
Juros de mora sobre multa de infrações	0	0	90.793	90.793
Atualização Monetária	1.087.613	875.879	846.808	(29.071)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0	45.763	42.658	(3.105)
Indenizações e Restituições	0	45.763	42.131	(3.632)
Receitas não Identificadas	0	0	527	527
RECEITAS DE CAPITAL	5.024.000	4.823.000	0	(4.823.000)
Superávit do exercício corrente	5.024.000	4.823.000	0	(4.823.000)
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	15.801.948	15.928.671	10.024.900	(5.903.771)
DÉFICIT	0	0	0	0
TOTAL	15.801.948	15.928.671	10.024.900	(5.903.771)

Continua



Continuação

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CORRENTE	10.777.948	11.111.671	9.386.582	9.276.297	9.244.269	1.725.089
PESSOAL	5.200.388	5.703.757	5.206.148	5.206.148	5.206.113	497.609
Pessoal e encargos	5.074.108	5.523.373	5.075.776	5.075.776	5.075.741	447.597
Diárias	126.280	180.384	130.372	130.372	130.372	50.012
MATERIAL DE CONSUMO	148.500	91.482	69.292	66.734	66.734	22.190
Material de consumo	148.500	91.482	69.292	66.734	66.734	22.190
SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	701.833	682.976	545.714	539.149	538.779	137.262
Remuneração de serviços pessoais	154.800	110.250	64.747	64.747	64.747	45.503
Diárias	379.989	332.624	280.365	277.588	277.218	52.259
Despesas com locomoção	167.044	240.102	200.602	196.814	196.814	39.500
SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	3.105.319	3.064.155	2.096.106	1.988.379	1.956.756	968.049
Serviços de consultoria	59.000	39.377	7.950	3.975	3.975	31.427
Serviços de comunicação e divulgação	75.000	126.632	61.874	61.874	61.874	64.758
Manutenção sistemas informatizados	120.200	53.980	47.831	44.181	44.181	6.149
Serviços prestados	2.489.069	2.385.381	1.613.725	1.513.623	1.493.343	771.656
Passagens	362.050	458.785	364.726	364.726	353.383	94.059
ENCARGOS DIVERSOS	352.700	307.850	247.399	247.399	247.399	60.451
Encargos diversos	352.700	307.850	247.399	247.399	247.399	60.451
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	111.000	110.588	110.588	110.588	412
Despesas de Exercícios Anteriores	0	111.000	110.588	110.588	110.588	412
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.214.208	1.150.451	1.111.335	1.117.900	1.117.900	39.116
Fundo de apoio ao CAU-UF	327.810	327.810	327.810	327.810	327.810	0
Convênios, contratos e patrocínio	40.000	40.000	885	885	885	39.115
Centro de Serviços Compartilhados	846.398	782.641	782.640	789.205	789.205	1
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000	0	0	0	0	0
Reserva de Contingência	55.000	0	0	0	0	0
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CAPITAL	5.024.000	4.817.000	24.592	24.592	24.592	4.792.408
INVESTIMENTOS	5.024.000	4.817.000	24.592	24.592	24.592	4.792.408
Obras, instalações e reformas	3.380.000	3.380.000	0	0	0	3.380.000
Equipamentos e materiais permanentes	1.644.000	1.437.000	24.592	24.592	24.592	1.412.408
Intangível	0	0	0	0	0	0
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	15.801.948	15.928.671	9.411.174	9.300.889	9.268.861	6.517.497
SUPERÁVIT	0	0	613.726	0	0	(613.726)
TOTAL	15.801.948	15.928.671	10.024.900	9.300.889	9.268.861	5.903.771

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR****CNPJ: 14.804.099/0001-99****Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018****2.4 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais****(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	11.976.406,73	10.559.659,60	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	9.675.946,51	10.751.371,76
CONTRIBUIÇÕES	4.419.874,01	3.949.038,31	PESSOAL E ENCARGOS	4.996.445,82	4.377.454,37
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.419.874,01	3.949.038,31	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	4.235.256,56	3.786.035,30
Contribuições sociais	4.419.874,01	3.949.038,31	Remuneração a pessoal - RPPS	4.235.256,56	3.786.035,30
			ENCARGOS PATRONAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS DIRETOS	5.502.727,63	5.374.781,92	Encargos Patronais - RPPS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	5.502.727,63	5.374.781,92	BENEFÍCIOS A PESSOAL	761.189,26	591.419,07
Valor bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	5.502.727,63	5.374.781,92	Benefícios a pessoal - RPPS	761.189,26	591.419,07
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	962.313,12	1.220.753,68	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.458.159,97	3.879.352,22
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	962.313,12	1.220.753,68	USO DE MATERIAL EM CONSUMO	71.075,32	78.764,44
Multas sobre anuidades	851.954,14	1.107.503,48	Consumo de Material	71.075,32	78.764,44
Juros e encargos de mora	110.358,98	106.228,60	SERVIÇOS	2.999.045,61	3.380.805,49
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	7.021,60	Diárias	390.684,40	522.921,21
			Serviços de Terceiros - Pessoa Física	616.144,77	643.043,40
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.091.491,97	15.085,69	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.992.216,44	2.214.840,88
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	527,25	89,75	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	388.039,04	419.782,29
Receitas não identificadas	527,25	89,75	Depreciação	388.039,04	419.782,29
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.090.964,72	14.995,94			
Variações patrimoniais aumentativas decorrentes de fatos diversos	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.221.340,72	1.159.681,90
Indenizações	36.081,45	14.995,94	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.221.340,72	1.159.681,90
Reversão de provisões	1.054.883,27	0,00	Transferências intragovernamentais	1.221.340,72	1.159.681,90
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	1.054.883,27
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PERDAS	0,00	1.054.883,27
			Variação Patrimonial Diminutiva com Provisão p/ Perdas Crédito	0,00	1.054.883,27
			OUTROS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	280.000,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	280.000,00
			Variações Patrimoniais Diminutivas Decor. Fatos Ger. Diversos	0,00	280.000,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	11.976.406,73	10.559.659,60	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	9.675.946,51	10.751.371,76
RESULTADO PATRIMONIAL					
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	0,00	191.712,16	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	2.300.460,22	0,00
TOTAL	11.976.406,73	10.751.371,76	TOTAL	11.976.406,73	10.751.371,76

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR
CNPJ: 14.804.099/0001-99

Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018

2.5 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	31/12/2018	31/12/2017
INGRESSOS		
RECEITAS CORRENTES	10.024.900,64	9.818.578,58
Receitas de Contribuições	3.475.550,39	3.207.957,29
Anuidades	3.475.550,39	3.207.957,29
Receitas de Serviços	5.569.090,52	5.374.781,92
Emolumentos com Expedições de Certidões	36.524,00	30.797,27
Emolumentos com Registro de Responsabilidade Técnica - RRT	5.531.915,42	5.341.592,75
Receitas Diversas de Serviços	651,10	2.391,90
Financeiras	918.241,62	1.209.646,46
Juros de Mora sobre Multas de Infrações	90.793,42	95.121,38
Atualização Monetária	827.448,20	1.114.525,08
Transferências Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	62.018,11	26.192,91
Receitas não Identificadas	527,25	89,75
Indenizações e Restituições	42.131,45	14.995,94
Multa de infrações	19.359,41	11.107,22
Ingressos Extraorçamentários	0,00	0,00
Outros Ingressos	2.994.116,95	1.854.259,94
DESEMBOLSOS		
CRÉDITO EMPENHADO - PAGO	9.268.860,78	9.049.982,07
Despesa Corrente	9.244.269,13	8.845.731,62
Pessoal	5.239.862,54	4.445.886,39
Material de Consumo	66.733,50	74.651,59
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	505.029,05	611.655,21
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.956.756,22	2.262.357,01
Encargos Diversos	247.399,40	285.385,99
Despesas de Exercícios Anteriores	110.588,26	6.113,53
Transferências Correntes	1.117.900,16	1.159.681,90
Outros Desembolsos	3.137.333,68	1.914.704,40
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	637.414,78	912.402,50
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS		
Crédito Empenhado Pago	24.591,65	204.250,45
Investimentos	24.591,65	204.250,45
Crédito Empenhado Liquidado	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	24.591,65	204.250,45
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	612.823,13	708.152,05
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	10.006.356,80	9.298.204,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	10.619.179,93	10.006.356,80



Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

CNPJ: 14.804.099/0001-99

Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018

2.6 – Notas Explicativas as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

1. Contexto Operacional

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/PR é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/PR.

O Conselho está localizado na Av. Nossa Sra. Da Luz, 2530 – Alto da XV – Curitiba-PR.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de fevereiro de 2019.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituídas.



2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

a) Implantação de política contábil em 2018 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais –



PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PR procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2018.

b) Base de mensuração – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.

c) Julgamento pela aplicação – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/PR, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) Reflexo patrimonial comparativo

	2018	2017
Créditos de Anuidades	4.077.566,00	3.180.943,60
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(1.866.504,00)	(2.358.351,59)

Os saldos de exercícios anteriores encerrados em 31/12/2017 no montante de R\$2.358, foram tratados da seguinte forma;

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DA PDD

a) Entre o período entre 2012 a 2016, constitui-se a reversão de saldos da PDD em 76% subdivididos da seguinte forma; R\$ 92.648,52 referente a anuidades recebidas de pessoa física e R\$161.062 referente a as anuidades recebidas de pessoa jurídica.

b) No exercício de 2017 constitui-se a reversão de saldos da PDD em 74,14% da seguinte forma; pessoa física R\$ 666.363, pessoa jurídica R\$388.520.

c) O Lançamento referente ao exercício de 2017 de R\$816.747 distribuído (76%) para anuidades recebidas de pessoa jurídica totalizando R\$299.362 e (79%) para anuidades recebidas de pessoa física R\$517.384.

SALDO REMANESCENTE DA PDD

Após as reversões e lançamentos da PDD referente a exercícios anteriores, (aplicadas sob a recomendação do CAU/BR), passaram a ter os seguintes saldo;

PDD - 2012 a 2017

a) R\$1.866.504, referente a anuidades recebidas subdivididas entre de pessoas físicas R\$1.078.335 e pessoas jurídicas R\$788.169.



b) O montante de restante de R\$1.866.504 saldos remanescentes incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2017 foi registrado como “Ajustes de Exercício Anteriores” reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/PR segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor Residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não



ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2018 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PR procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2018.



Base de mensuração – O CAU/PR adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

Reflexo patrimonial comparativo

	2018	2017
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	(20.000,00)	(20.000,00)
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	(260.000,00)	(260.000,00)
Total	(280.000,00)	(280.000,00)

Do montante de R\$ 280.000,00 da variação patrimonial diminutiva decorrente das provisões registradas em 2017, R\$ 90.000,00 referem-se a ações ajuizadas em exercícios anteriores, registradas de forma acumulada, alterando o efetivo resultado patrimonial de 2017, em 2018 não ocorreram lançamentos, conforme detalhado na nota explicativa 3.12.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.



3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Resultado Patrimonial Efetivo

Face às implantações de políticas contábeis em 2018, de Provisões para Contingências detalhadas na nota explicativa 3.8, demonstra-se a seguir o Resultado Patrimonial de 2018 efetivo, escoimado dos reflexos das variações patrimoniais diminutivas (VPD) relativas a exercícios anteriores registradas acumuladamente em 2018.

RESULTADO PATRIMONIAL 2018	
Varição patrimonial aumentativa	11.976.407
(-) Varição patrimonial diminutiva	(9.675.947)
Anteriores	
RESULTADO PATRIMONIAL EFETIVO 2018	
Superávit Patrimonial	2.300.460

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:



a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	3.893	3.695
Banco conta movimento	0	0
Aplicações financeiras	10.615.287	10.002.662
	10.619.180	10.006.357

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de Anuidades

	2018	2017
Créditos de anuidades do exercício	1.675.520	1.422.826
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	2.402.046	1.758.118
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(1.866.505)</u>	<u>(2.358.352)</u>
	2.211.061	822.592

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2018	2017
A vencer	0	0
Vencidos	4.077.566	3.180.944
Até 30 dias	0	0
De 31 a 60 dias	0	0
De 61 a 90 dias	0	0
De 91 a 180 dias	0	0
Perda estimada com crédito de liquidação	<u>(1.866.505)</u>	<u>(2.358.352)</u>
	2.211.061	822.592

A Entidade registra a provisão de **(76,00 % PJ e 79,00% PF)** para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Descrição	2018	2017
Diárias a compensar	-	123
Depósitos judicial de ações em trâmite	18.378	-
Depósito de fiança	10.650	8.700
IR e IOF sobre aplicação financeira a recuperar	1.089	1.089
Cota Parte a receber	164	197
Outros impostos a recuperar	3.130	-
Total	33.411	10.109

8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas antecipadamente

	2018	2017
Adiantamento de férias	<u>58.940,00</u>	<u>45.762,04</u>
	58.940,00	45.762,04

9. Imobilizado

	Custo	Dep. Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Terrenos	4.500.000	(570.000)	3.930.000	4.155.000
Instalações	127.216	(65.125)	62.091	74.908
Veículos	365.928	(146.102)	219.826	265.566
Móveis e Utensílios	187.896	(85.146)	102.750	114.232
Equipamentos de Informática	517.659	(267.293)	250.366	279.590
Obras em andamento	89.551	(21.050)	68.501	79.416
Outros	225.887	(179.474)	46.413	65.975
Total	6.014.136	(1.334.190)	4.679.946	5.034.687

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2018
Terrenos	0	0	0	0	0
Imóveis	4.155.000	0	0	(225.000)	3.930.000
Instalações	74.908	0	0	(12.817)	62.091
Veículos	265.566	0	0	(45.741)	219.825
Móveis e Utensílios	114.232	1.190	0	(12.671)	102.751
Equipamentos de Informática	279.590	21.234	0	(50.458)	250.366
Obras em andamento	79.416	0	0	(10.916)	68.500
Outros	65.975	2.168	0	(21.730)	46.413
Total	5.034.687	24.592	0	(379.333)	4.679.946

10. Intangível

	31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2018
Softwares	54.070	0	0	(8.707)	45.363
Outros Intangíveis	0	0	0	0	0
Total	54.070	0	0	(8.707)	45.363

11. Fornecedores a pagar

	2018	2017
Prestação de serviços	31.658	20.052
Fornecedor de materiais	0	4.443
Outros fornecedores	370	1.111
Total	32.028	25.606

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
A vencer	0	3.517
Vencidos	0	0
Até 30 dias	32.029	21.759
De 31 a 60 dias	0	0
De 61 a 90 dias	0	0
De 91 a 180 dias	0	0
	32.029	25.276

12. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2018	2017
Provisão para férias e encargos sociais	419.811	511.010
INSS a recolher	5.895	318
IRRF a recolher	57	26
Contribuição Sindical	0	69
Devolução de depósitos em conta banco	692	90
Outros encargos a recolher	6.347	0
Total	432.802	511.513

13. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão assim representadas:

	2018	2017
Trabalhistas	260.000	260.000
Cíveis	0,00	0,00
	260.000,00	260.000,00
	2018	2017
Trabalhistas a curto prazo	20.000,00	20.000,00
Cíveis	0,00	0,00
Total	20.000,00	20.000,00
	2018	2017
Trabalhistas a longo prazo	260.000,00	260.000,00
Cíveis	0,00	0,00
Total	260.000,00	260.000,00
Total da provisão	280.000,00	280.000,00



A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2018
Trabalhistas a curto prazo	20.000	0	0	0	0	20.000
Trabalhistas a longo prazo	260.000	0	0	0	0	260.000
Total	280.000	0	0	0	0	280.000

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Descrição das contingências

O conselho figura em 4 ações trabalhistas de ex-funcionários sendo constituído provisão para contingências dos autos:

Nº 0000442-75.2017.5.09.0007 – Provisão de contingências R\$ 100.000,00

Nº 0000252-75.2017.5.09.0084 – Provisão de contingências R\$ 90.000,00

Nº 0002300-94.2015.5.09.0013 – Provisão de contingências R\$ 70.000,00

Nº 0001116-58.2014.5.09.0007 – Provisão de contingências R\$ 20.000,00

Totalizando R\$ 280.000,00

c. Natureza Possível

No exercício de 2018 não foi constatado nenhum processo considerado como possível

14. Patrimônio Líquido

Ao final do exercício 2018 o Patrimônio Líquido encerrou com saldo de R\$2.300.460 composto pelo superávit ou déficits acumulados de exercícios anteriores, superávits ou déficits do exercício e ajustes de exercícios anteriores.

Descrição	2018	2017
Superávit Acumulado de Exercícios Anteriores	15.156.458	16.651.639
Ajuste de Exercícios Anteriores	(553.847)	(1.303.468)
Déficitis do Exercício	2.300.460	(191.712)
Total	16.903.071	15.156.458

15. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/PR, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

16. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2018	2017
Depreciação e amortização	388.039	419.782
Despesas com pessoal	4.996.446	4.377.454
Despesas com contratação de terceiros	2.608.361	2.857.884
Impostos, taxas e contribuições	33.744	30.838
Outras receitas e despesas	1.649.357	3.065.412
Total	9.675.947	10.751.372

17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2018	2017
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	11.976.407	10.559.660
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(9.675.947)	(10.751.372)
(=) Superávit Patrimonial apurado	2.300.460	(191.712)
Resultado Orçamentário	2018	2017
Receita Orçamentária Arrecadada	10.024.901	9.818.579
(-) Despesas Empenhadas	(9.411.175)	(9.311.912)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	613.726	506.667
Resultado Financeiro	2018	2017
Saldo Disponível Apurado	10.619.180	10.006.357
(-) Passivo Financeiro	(622.616)	(793.773)
(=) Superávit Financeiro Apurado	9.996.564	9.212.584

18. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	7.725.000,00
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 8 veículos	328.113,00
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	
Total		8.053.113,00

19. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

20. Eventos subsequente

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.



3 – Comentários sobre exame nos registros contábeis e controles internos

Fomos contratados no exercício de 2019, para exame das demonstrações contábeis e controles internos dos exercícios de 2012 a 2019. Alguns procedimentos de auditoria ficam inviáveis em função da tempestividade do trabalho. Nossos comentários elaborados a seguir são baseados na documentação da época.

Este relatório contempla nossos comentários sobre as informações contábeis do exercício de 2018 e levaram em consideração aos saldos apresentados nas demonstrações contábeis do CAU/PR, exame de documentos físicos e controles internos que suportam os registros.

Devido ao lapso temporal de nossa contratação e o exercício analisado, alguns exames e procedimentos de auditoria ficaram fragilizados e limitados a buscas de informações na documentação contábil e site do CAU/PR.

Nos itens que seguem arrolamos aqueles comentários que julgamos oportuno em cada situação em específico, considerando a documentação, informações e controles que nos foram fornecidos.

3.1 – Bancos c/ movimento

Saldos contábeis do grupo de contas se encontravam zerados em 31/12/2018. Examinamos a movimentação das contas no exercício, destacando:

- **Banco do Brasil S/A c/c 56.987-9:** Examinamos a movimentação da conta, efetuando confronto com extratos bancários e documentação comprobatória constatando que a conta é utilizada para recebimentos de anuidades e RRT, assim como pagamentos realizados.

Constatamos que os saldos bancários diários se encontravam zerados em extrato bancário, sendo efetuados resgates de valores de aplicação diariamente conforme a necessidade.

- **Caixa Econômica Federal c/c 4.158-4:** Confrontamos o extrato bancário com registros contábeis, não constatamos divergências.

3.2 – Disponibilidade imediata

Composição de saldo em 31/12/2018:

Contas	R\$
Caixa	3.893,38
Total	3.893,38

Na análise dos documentos e movimentações do caixa verificamos que constam os pagamentos em espécie como saída e as entradas de recursos que se dão por meio de cheques emitidos e receitas de fotocópias.



Verificamos que no balancete a conta "caixa" está abaixo da conta "bancos", como as contas devem ser apresentadas de acordo com sua liquidez, recomendamos que a conta "caixa" esteja antes dos bancos.

3.3 – Bancos c/ vinculada a aplicações financeiras

Composição de saldo em 31/12/2018:

Contas	R\$
Caixa Econômica Federal Aplic. CDB c/c 4.158-4	4.148.675,25
Caixa Econômica Federal Aplic. c/a 4.158-4 FIC Giro	50.145,36
Banco do Brasil C.A. 056.987-9 BB CP Admin Diferenciado	5.115.179,76
Caixa Econômica Federal Aplic. CDB Flex Empresarial	1.301.286,18
Total	10.615.286,55

Examinamos os saldos contábeis apresentados, efetuando confronto com extratos bancários do período, verificando a contabilização de aplicações, rendimentos e resgates.

No exame dos saldos contábeis apresentados, não foram encontradas irregularidades.

3.4 – Créditos tributários a receber - Anuidades

Composição de saldo em 31/12/2018:

Contas	R\$
Créditos a Receber - do exercício anterior	2.402.046,17
Pessoa Física	1.364.981,22
Pessoa Jurídica	1.037.064,95
Créditos a Receber - do exercício	1.675.520,25
Pessoa Física	1.133.592,58
Pessoa Jurídica	541.927,67
(-) Provisão de créditos a curto prazo	(1.866.504,52)
(-) Provisão crédito de liquidação duvidosa PF	(1.078.335,16)
(-) Provisão crédito de liquidação duvidosa PJ	(788.169,36)
Total	2.211.061,90

Salientamos que os valores não possuem relatório sistêmico para validação dos saldos apresentados em ambas as contas. As informações sobre cobranças estão em planilhas eletrônicas, que são trabalhadas juntamente com o sistema SICCAU.

Foi nos apresentada planilha eletrônica com a composição de autos de infração, que conforme nos foi informado, estão sendo cobrados a partir no exercício de 2020, gerando boletos para que seja possível executar o valor.

Observamos que os valores não estão contabilizados em conta de dívida ativa.



- **Créditos a Receber do Exercício Anterior - Anuidades pessoa física:** Examinamos a movimentação da conta, constatando a seguinte composição de saldo:

881.574,32	Saldo anterior
898.790,22	Exercícios de 2012 até 2016
769.229,53	Saldo a receber exercício de 2017
(1.184.612,85)	Valor recebido no exercício
1.364.981,22	

- **Créditos a Receber do Exercício Anterior - Anuidades pessoa jurídica:** Examinamos a movimentação da conta, constatando a seguinte composição de saldo:

876.543,18	Saldo anterior
524.035,88	Exercícios de 2012 até 2016
(1.190.858,07)	Valor recebido no exercício
827.343,96	Saldo a receber exercício de 2017
1.037.064,95	

- **Créditos a Receber do exercício – Anuidades pessoa física:** Examinamos a movimentação da conta, constatando a seguinte composição de saldo:

02/01/2018	2.876.108,00	Valor registrado na conta "Anuidades a receber PF", conforme plano de ação
31/12/2018	862.130,48	Valor a receber anuidades 2018 PF
	<u>3.738.238,48</u>	

Verificamos por amostragem, valor recebidos pelo CAU a título de anuidades:

Data	Valor	Histórico
01/02/2018	304.630,72	Entrou na conta nº 56.987-9 banco do brasil
01/03/2018	252.623,32	Entrou na conta nº 56.987-9 banco do brasil
03/04/2018	100.557,45	Entrou na conta nº 56.987-9 banco do brasil
02/05/2018	105.872,73	Entrou na conta nº 56.987-9 banco do brasil
04/06/2018	127.896,63	Entrou na conta nº 56.987-9 banco do brasil
Total	891.580,85	

Abaixo abrimos os recebimentos do dia 01/02/2018:

304.630,72	Anuidades PF
49.413,84	Anuidades PJ
29.460,60	Anuidades exercícios anteriores
219,60	Certidão de acervo
234,87	Multa ausência em eleição
6.384,73	Multa atraso anuidade
25.617,20	Receitas RRT
4.525,58	Juros anuidades em atraso
420.487,14	valor confere com extrato bancário



- **Créditos a Receber do exercício – Anuidades pessoa física:** Examinamos a movimentação da conta, constatando a seguinte composição de saldo:

02/01/2018	708.185,00	Valor registrado na conta "Anuidades a receber PJ", conforme plano de ação
31/12/2018	<u>305.888,44</u>	Valor a receber anuidades 2018 PJ
	1.014.073,44	

Verificamos por amostragem, valor recebidos pelo CAU a título de anuidades:

Data	Valor	Histórico
01/02/2018	49.413,84	Entrou na conta nº 56.987-9 banco do brasil
01/03/2018	37.928,85	Entrou na conta nº 56.987-9 banco do brasil
03/04/2018	18.259,13	Entrou na conta nº 56.987-9 banco do brasil
02/05/2018	20.536,54	Entrou na conta nº 56.987-9 banco do brasil
01/06/2018	25.690,40	Entrou na conta nº 56.987-9 banco do brasil
04/06/2018	<u>24.845,85</u>	Entrou na conta nº 56.987-9 banco do brasil
Total	176.674,61	

Valor a receber PF e PJ entram nas mesmas datas, conforme abertura do recebimento do dia 01/02/2018, anteriormente demonstrada.

- (-) **Provisão crédito liquidação duvidosa PF:** No exercício de 2018, a provisão foi segregada em PF e PJ conforme orientação do CAU BR, até então apresentada em conta única.

Para PF foi constituído valor de 79% do saldo a receber referente aos exercícios de 2012 até 2016 e de 2017, conforme segue:

Data	Valor	Histórico
31/12/2018	560.960,68	79% sobre anuidades a receber PF de 2012 até 2016
31/12/2018	<u>517.384,48</u>	79% sobre anuidades a receber PF de 2017
Total	1.078.345,16	

- (-) **Provisão crédito liquidação duvidosa PJ:** Para PJ foi constituído valor de 76% do saldo a receber referente aos exercício de 2012 até 2016 e de 2017, conforme segue:

Data	Valor	Histórico
31/12/2018	488.806,78	76% sobre anuidades a receber PJ de 2012 até 2016
31/12/2018	<u>299.362,58</u>	76% sobre anuidades a receber PJ de 2017
Total	788.169,36	

Confrontamos os saldos apresentados para cada exercício com percentual de valores provisionados, não constatamos divergências. Percentuais forma sugeridos pelo CAU BR.



3.5 – Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros

Composição de saldo em 31/12/2018:

Contas	R\$
Depósito de fiança	10.650,00
Total	10.650,00

Constatamos a seguinte composição de saldo:

Data	Valor	Histórico
30/06/2017	8.700,00	Imobiliária Tratz e Cia - Guarapuava
16/07/2018	1.950,00	Calção locação unidade de Guarapuava, até reforma sede unid.
Total	10.650,00	

Não foram encontradas divergências.

3.6 – Tributos a recuperar / compensar

Composição de saldo em 31/12/2018:

Contas	R\$
IR e IOF sobre aplicações financeiras pagas indevidamente	1.088,90
IRRF sobre férias a compensar	3.130,03
Total	4.218,93

- **IR e IOF sobre aplicações financeiras pagas indevidamente:** Saldo contábil apresentado se refere a valores contabilizados no primeiro semestre de 2012 em conta, referente a IR e IOF indevido em função da isenção tributária.

Os valores foram retidos em contas de aplicações, sendo o valor mais relevante em extrato bancário do mês de março de 2012 nos valores de R\$ 2.186,70 de IR e R\$ 5.024,65 de IOF, devolvidos parcialmente posteriormente, permanecendo o saldo contábil desde o mês de junho de 2012.

- **IRRF sobre férias a compensar:** Valor se refere a IRRF destacado no recibo de férias. Na conferência dos recibos pagos em dezembro/18 com registros contábeis, verificamos que o valor de IRRF da funcionária Larissa de S. G. Moneda, valor de R\$ 1.614,35 não foi registrado. seu adiantamento de férias também foi pago no dia 21/12/2018.

Constatamos a seguinte composição de saldo em 31/12/2018:



Data	Valor	Histórico
21/12/2018	692,80	IRRF férias func. Alex S. M. Monteiro
21/12/2018	65,80	IRRF férias func. Rafaela C. L. Silva
21/12/2018	100,61	IRRF férias func. Mariana Vaz de Genova
21/12/2018	123,93	IRRF férias func. Marcos V. R. Ramos
21/12/2018	808,35	IRRF férias func. Guilherme Daltoe
21/12/2018	1.214,69	IRRF férias func. Sonia M. M. da Silva
21/12/2018	<u>123,85</u>	IRRF férias func. João E. D. Carvalho
Total	3.130,03	

3.7 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Composição de saldo em 31/12/2018:

Contas	R\$
Depósitos Judiciais de ações em trâmite	9.189,00
Depósitos Judiciais em trâmite exercícios anteriores	<u>9.189,00</u>
Total	18.378,00

- **Depósitos judiciais de ações em tramite:** se refere a depósito efetuado no dia 27/03/2018 no valor de R\$ 9.189,00 referente a discussão processo trabalhista de nº 0001116-58.2014.5.09.0007.

- **Depósitos judiciais em trânsito exercícios anteriores:** registra valor de depósito judicial realizados em 31/10/2017, referente processo nº 0000442.75.2017.5.09.0007, no valor de R\$ 9.189,00. No exercício de 2018 foi realizado lançamento em 31/12/2018 em conta de ajuste de exercício anterior, conforme lançamento efetuado incorretamente em 2017, observando ainda que no razão contábil do lançamento efetuado não há histórico contábil.

3.8 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo

Composição de saldo em 31/12/2018:

Contas	R\$
Cota Parte - Estorno de Receitas	<u>164,22</u>
Total	164,22

Saldo se refere a valores devolvidos pelo banco nas cobranças realizadas, não possui composição da conta.

3.9 – Benefício a Pessoal a Apropriar

Composição de saldo em 31/12/2018:

Contas	R\$
Adiantamento de férias	58.939,62
Total	58.939,62

Saldo se refere ao pagamento de férias para os seguintes funcionários:

Data	Valor	Histórico
21/12/2018	2.883,77	Adto férias func. Ana Paula Mocelin
21/12/2018	5.292,43	Adto férias func. Guilherme Daltoe
21/12/2018	6.553,25	Adto férias func. Guilherme Daltoe
21/12/2018	7.796,52	Adto férias func. Larisa de S. G. Moeda
21/12/2018	8.138,57	Adto férias func. Alex S. Monteiro
21/12/2018	5.216,74	Adto férias func. André Felipe Casagrande
21/12/2018	2.715,57	Adto férias func. Rafaela C. L. Da Silva
21/12/2018	8.620,98	Adto férias func. Mariana Vaz Genoveva
21/12/2018	5.458,20	Adto férias func. Marcos V. R. Ramos
21/12/2018	5.457,42	Adto férias func. João E. D. Carvalho
Total	58.133,45	

Confrontamos recibo de férias e pagamentos propriamente ditos com registros contábeis, não constatamos divergências.

3.10 – Prêmios de seguros a apropriar

Verificamos que no exercício ocorreu pagamento dos seguintes seguros:

Data	Valor	Histórico
31/08/2018	2.740,00	Seguro diversos veículos
31/10/2018	10.300,00	Seguro imóveis sede e regionais

Salientamos que os seguros devem ser reconhecidos de acordo com sua vigência, ou seja, 1/12 avos mensalmente até seu encerramento.

3.11 – Almozarifado

Não existem valores contabilizados em estoques na contabilidade do CAU/PR no exercício.

3.12 – Imobilizado

Composição de saldo em 31/12/2018:



Bens Móveis	R\$
Móveis e Utensílios	187.895,82
Máquinas e Equipamentos	219.962,66
Instalações	126.780,14
Utensílios de Copa e Cozinha	5.924,39
Veículos	365.928,00
Computadores e Periféricos	364.188,97
Impressoras	4.308,00
Diversos Equipamentos de Processam.	42.495,75
Equipamentos de Telefonia	24.075,35
Equipamentos e Sistemas de Segurança	29.623,20
Equipamentos de CPD e Periféricos	17.310,00
Equipamentos de áudio, vídeo e fotográfico	19.403,41
Acessórios para equipamentos de áudio, vídeo	3.838,84
Equipamentos de estúdio fotográfico	12.415,50
	1.424.150,03
Bens Imóveis	R\$
Edifícios	4.500.000,00
Obras em Andamento	89.550,72
Instalações	435,44
	4.589.986,16
(-) Depreciação Acumulada	R\$
(-) Dep. Acumulada Bens Móveis	(743.008,88)
(-) Dep. Acumulada Bens Imóveis	(591.180,83)
	(1.334.189,71)
Total Imobilizado	4.679.946,48

- **Controle Patrimonial:** Confrontamos os saldos contábeis com o relatório do sistema de patrimônio, não sendo encontradas irregularidades.

Observamos a existência bens cadastrados no sistema de controle patrimonial que não são possíveis identificar por sua descrição, citando exemplos:

Cód.	Descrição	Aquisição	Valor
1140	Equipamentos diversos, instalações diversas	15/08/2013	17.171,70
1142	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	7.386,28
1143	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	29.041,47
1145	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	6.254,52
1170	Equipamentos diversos, instalações diversas	14/05/2013	14.394,35
1171	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	16.721,29
1181	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	36.840,40
1192	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	13.378,50

Estes bens relacionados se encontram na conta de máquinas e equipamentos.

Em relatório patrimonial, destacamos bens que foram cadastrados de forma indevida, citando por exemplo conjunto de xícaras para café e chá e tigelas de 12 e 24 peças, incluídas de forma



por total de peças, assim como tais utensílios não possuem características de bem imobilizados. Constatamos também bens inclusos descritos como “instalações cabo” no valor de R\$ 3.500,00, “acabamentos” no valor de R\$ 800,00 e “cabo conversor” no valor de R\$ 66,45. Observamos ainda inclusão de valores em relatório patrimonial de “instalações” não possuindo descrição.

Observamos ainda quanto a numeração dos bens, os códigos apresentados em relatório patrimonial não é a mesma numeração utilizada para o controle patrimonial fixado nas placas de identificação dos bens, observando intervalo que não constam no relatório, citando como exemplo bem nº 107, 109, 112, 113, entre outros.

Já quanto ao imóvel adquirido no exercício de 2015, até a presente data, apenas parte do imóvel adquirido está sendo utilizado, basicamente uma sala, estando a sede do Conselho no imóvel alugado. Salientamos ainda que o processo de aquisição do imóvel se encontra em discussão e apuração de fatos.

- **Aquisições:** No exercício de 2018 foram efetuadas diversas aquisições de imobilizado, montante total de R\$ 24.591,65 no grupo de bens móveis e imóveis, destacando os valores a seguir:

Data	Valor	Histórico
28/06/2018	643,00	NF nº 2399 emitida por Julio C. Franca Bueno, ref. Aquisição de móveis regional
17/07/2018	445,70	NF nº 1955 emitida por Kraso Prod. E Serviços, aquisição de 1 arquivo de aço.
05/09/2018	101,00	NF nº 588 do favorecido Lousatec Soluções em Quadros Escolares Ltda
02/10/2018	1.084,00	NF nº 5836 emitida por Kelly A.D.S., ref. Aquisição de 1 bebedouro de água
12/11/2018	1.084,00	NF nº 6316 emitida por Kelly A.D.S., ref. Aquisição de 1 bebedouro de água
12/12/2018	14.446,00	NF nº 4775 emitida por Luví Com. Ltda, ref. Aquisição de peças de reposição
21/03/2018	705,00	NF nº 3130 emitida por K7 Comercial, ref. Aq. de mesa analógica 10 canais
10/08/2018	670,00	NF nº 5210 emitida por Musica Center, re. Aq. De kit de microfones sem fio
30/08/2018	366,00	NF nº 8853 Micros Parts Com. De Equip. Eletrônicos e Informática Ltda
07/11/2018	4.876,96	NF nº 699 emitida por Ipcabel Inform., ref. Aq. E instalação cameras
26/10/2018	169,99	NF nº 7583 Só Cameras Com. De Equip. Fotográficos Audio e Vídeo Ltda
Total	24.591,65	

Confrontamos os registros realizados com notas fiscais emitidas, não constatamos divergências. Demais contas não apresentaram movimentação no período em análise.

- **Baixas:** Não possui movimentação de baixa de bens no exercício.

- **Depreciações acumuladas:** Salientamos que o relatório patrimonial apresenta o valor de depreciação acumulada divergente dos saldos contábeis, não sendo possível validar os valores apresentados.

Quanto a depreciação de bens imóveis, foi constatado que no dia 31/01/2018 foi contabilizado o valor de R\$ 60.000,00 com histórico de depreciação de edifícios, sendo este valor referente a depreciação mensal de R\$ 15.000,00 período de outubro, novembro e dezembro de 2017 e



mês de janeiro de 2018. Ressalvamos, porém, que o valor total foi contabilizado em conta de resultado do exercício, sendo que o correto nestes casos, os valores de depreciação do período de 2017 ser contabilizadas em conta de ajuste de exercícios anteriores para não distorcer o resultado apresentado no exercício de 2018.

Conforme comentado em relatório anterior, destacamos que a aquisição do imóvel ocorreu em 29/10/2015 no valor de R\$ 4.500.000,00. Conforme NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, não estão sujeitos ao regime de depreciação:

(a) bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

Observamos que o imóvel adquirido é uma UIP (unidade de interesse de preservação).

3.12 – Intangível

Composição de saldo em 31/12/2018:

Contas	R\$
Licenças de Softwares	79.261,16
(-) Amortização acumulada	(33.898,09)
Total	45.363,07

- **Licenças de Softwares:** O saldo contábil confere com relatório de bens imobilizados. No exercício de 2018 não houve movimentação de aquisições.

- **(-) Amortização Acumulada:** Salientamos que o relatório patrimonial apresenta o valor de amortização acumulada divergente dos saldos contábeis, não sendo possível validar os valores apresentados. Observamos ainda que o valor contabilizado mensalmente é inferior a 20%.

3.13 – Pessoal a pagar

Saldo contábil se apresentava zerado R\$ 0,00 em 31/12/2018.

Examinamos a folha de pagamento efetuando revisão dos valores líquidos de pagamentos efetuados com os valores de líquidos a pagar da folha de pagamento.

Constatamos que os valores referentes a folha de pagamento do mês de dezembro de 2018 foram pagos em 20 de dezembro de 2018.

3.14 – Benefícios previdenciários a pagar

Saldo contábil se apresentava zerado em 31/12/2018. Examinamos as folhas de pagamento efetuando revisão das declarações legais e obrigatórias do exercício.



- **INSS:** Constatamos que a movimentação da conta se refere a INSS parte empresa da folha de pagamento mensal e INSS sobre serviços prestados mensalmente ao CAU/PR.

Verificamos que o valor de INSS competência dezembro de 2018 foi devidamente pago no próprio mês, no dia 21/12/2018.

Observamos quanto ao fato da classificação do CNAE 9412000 em declaração SEFIP que foi informada incorretamente a alíquota RAT ajustado, declarado em 1,00 quando o correto seria 3,00 até dezembro de 2014 e após de 1,50. Com isto, há diferença no percentual do RAT ajustado. Esta situação gerou aviso de regularização de contribuições previdenciárias pela Receita Federal, e cobrança de valores atrasados do período de 09/2013 a 13/2017, no montante de R\$ 110.588,26 mil pagos e reconhecidos na contabilidade em outubro de 2018.

Foi observado ainda que faltam retificar as SEFIP de janeiro de 2018 a agosto de 2018, período em que as declarações eram entregues pelo antigo contador, o qual não disponibilizou a base de dados destas declarações, neste período foi informado os percentuais de ALIQ RAT: 1,0 FAP: 1,00, RAT AJUSTADO: 1,00, sendo o correto ALIQ RAT: 3,0 FAP: 0,50 RAT AJUSTADO: 1,50, divergência identificada em agosto de 2018, as alíquotas foram consultadas presencialmente na Receita Federal conforme informado. Tal situação vai gerar diferenças a serem recolhidas deste período.

- **FGTS:** Examinamos a conta e sua movimentação onde constatamos que se refere a FGTS sobre folha de pagamento mensal.

Verificamos que o valor de FGTS competência dezembro de 2018 foi devidamente pago no próprio mês, no dia 21/12/2018.

- **PIS s/ Folha Pagamento:** Examinamos os cálculos mensais de PIS a recolher sobre folha de pagamento, onde revisamos os valores de base de cálculos utilizados para o pagamento, onde constatamos a correta utilização da base de cálculo de INSS parte empresa aplicando o percentual de 1%.

Verificamos que o valor de FGTS competência dezembro de 2018 foi devidamente pago no próprio mês, no dia 21/12/2018.

3.15 – Fornecedores e contas a pagar

Composição de saldo em 31/12/2018:

Contas	R\$
Restos a Pagar Processados	32.028,50
Total	32.028,50

- **Restos a pagar processados:** Constatamos que se referem a provisão de saldo de despesas com água, telefone, energia elétrica e correios, conforme composição de saldo apresentada.



Data	Valor	Histórico
22/08/2018	35,54	INSS patronal do funcionário José Fernando da Silva
21/12/2018	112,05	Fatura Sanepar dez/2018, unidade de Londrina
21/12/2018	112,05	Fatura Sanepar dez/2018, unidade de Maringá
21/12/2018	2.029,98	Fatura Copel dez/2018, Sede
21/12/2018	632,05	Fatura Copel dez/2018, nova Sede
21/12/2018	180,31	Fatura Copel dez/2018, Londrina
21/12/2018	112,05	Fatura Sanepar dez/2018, unidade de Pato Branco
21/12/2018	259,33	NF nº 74561 Brematur Viagens e Turismo
21/12/2018	3.957,69	NF nº 74561 Brematur Viagens e Turismo
21/12/2018	1.847,73	NF nº 74561 Brematur Viagens e Turismo
21/12/2018	5.278,64	NF nº 74561 Brematur Viagens e Turismo
21/12/2018	112,05	Fatura Sanepar dez/2018, unidade de Cascavel
21/12/2018	186,19	Fatura Copel dez/2018, Cascavel
21/12/2018	227,69	Fatura telefonica Brasil, unidade de Pato Branco
21/12/2018	800,59	Fatura Sanepar dez/2018, Sede
21/12/2018	118,12	Fatura Sanepar dez/2018, Nova Sede
21/12/2018	1.522,67	Fatura OI S/A, Sede
21/12/2018	370,20	Pgto diárias para Flávio E. de O. Carvalho Neto, participação em reunião
22/12/2018	227,61	Fatura Claro S/A internet Sede
23/12/2018	4.670,39	Fatura Claro S/A Sede
25/12/2018	369,90	Fatura Copel Sede dezembro/18
27/12/2018	135,84	Fatura Copel Pato Branco dezembro/18
27/12/2018	84,09	Fatura Copel Guarapuava dezembro/18
27/12/2018	1.533,44	Fatura Correios dezembro/18 Sede
31/12/2018	3.218,27	NF nº 816 Toti Promo, coffe break plenaria mensal
31/12/2018	3.894,03	NF nº 811 Toti Promo, coffe break plenaria mensal
Total	32.028,50	

Observamos que ao final do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas que não foram pagas até 31 de dezembro, devem ser constituídas em restos a pagar, para fins de encerramento do correspondente exercício financeiro.

3.16 – Provisões para riscos trabalhistas a curto prazo

Composição de saldo em 31/12/2018:

Contas	R\$
Férias	417.343,35
INSS	5.895,07
FGTS	2.193,49
PIS/PASEP	274,16
Contingências Judiciais Trabalhistas	20.000,00
Total	445.706,07



- **Provisão de Férias, INSS, FGTS e PIS:** Constatamos movimentação mensal de valores contábeis de provisão de férias e encargos, confrontamos os saldos contábeis apresentados com o relatório de provisão de férias e encargos, não sendo encontradas divergências.

Salientamos, porém, que nos anos anteriores os valores provisionados referente a INSS (21%), FGTS (8%) e PIS (1%) sobre saldo devido de férias houve diminuição dos valores apurados neste exercício de 2018. Em 2017 o montante da provisão destes impostos foi de R\$ 117.925,77 diminuindo para o valor de R\$ 8.362,72 em 2018, não sendo possível identificar a base de cálculo utilizada, o que consideramos incorretos os valores apresentados neste exercício.

Embora os valores dos encargos estejam fechando com o relatório do sistema Domínio, entendemos que os mesmos estão com valores abaixo das alíquotas incidentes em cada encargo.

- **Contingências Judiciais Trabalhistas (curto prazo e longo prazo):** No exercício de 2018, constatamos a seguinte composição de saldo:

Contas	R\$
Contingências judiciais trabalhistas a curto prazo	20.000,00
Contingências judiciais trabalhistas a longo prazo	260.000,00
Total	280.000,00

No exercício de 2018 as contas não apresentaram movimentação. Conforme nota explicativa 3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas Implantação de política contábil em 2018 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PR procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

Do montante de R\$ 280.000,00 da variação patrimonial diminutiva decorrente das provisões registradas em 2017, R\$ 90.000,00 referem-se a ações ajuizadas em exercícios anteriores, registradas de forma acumulada, alterando o efetivo resultado patrimonial de 2017, conforme detalhado na nota explicativa 3.12.

Conforme comentado em relatórios anteriores, até o exercício de 2017 não nos foi apresentado relatório jurídico que embasou os lançamentos contábeis de provisões efetuadas. No exercício



de 2018, foi apresentado o relatório jurídico disponibilizado aos auditores BDO RCS Auditores, que examinaram as demonstrações contábeis na época, relatório jurídico datado de 01 de fevereiro de 2019. Em revisão ao relatório, constatamos que os processos estão classificados como **possível** perda no desfecho das ações. O termo possível não necessita de provisão contábil, e sim informação em nota explicativa.

3.17 – Valores Restituíveis

Composição de saldo em 31/12/2018:

Contas	R\$
INSS	6.346,62
IRRF/COFINS/CSLL/PIS a recolher	57,37
Contribuição sindical - anual	0,00
Outros valores restituíveis	671,91
Depósitos equivocados em conta banco	20,35
Total	7.096,25

- **INSS:** constatamos a seguinte composição de saldo:

18/12/2014	162,80	INSS férias Tiago Kovascki Borges Polippo
2015	155,15	INSS a identificar exercício de 2015
27/07/2018	13,53	INSS rescisão de contrato funcionário José Fernando da Silva
20/12/2018	6.015,14	Nota Fiscal 54 S&R - Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda
Total	6.346,62	

Recomendamos a revisão dos valores pendentes de exercícios anteriores.

No exame da movimentação da conta, os valores se referem a INSS de funcionários das folhas de pagamento mensais e retenções sobre notas fiscais de prestadores de serviços, que conforme comentado em conta de INSS patronal, revisamos os valores declarados mensalmente com os valores pagos, constatando que o valor a recolher da folha competência dezembro de 2018, foi recolhido no próprio mês.

- **IRRF:** Saldo contábil se encontrava zerado na data. Examinamos a movimentação que se refere a valores retidos em folhas de pagamentos mensais dos funcionários e notas fiscais de prestadores de serviços no decorrer do exercício.

Revisamos os valores contabilizados com as folhas de pagamento, através de amostragem, não sendo encontradas divergências.

- **IRRF/COFINS/CSLL/PIS a Recolher:** Saldo contábil apresentado não foi possível identificar. No exame da movimentação da conta, constatamos que se referem a retenções federais de órgão público (9,45%) a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

Revisamos os valores contabilizados com os respectivos pagamentos e notas fiscais, através de amostragem.

- **Outros valores restituíveis:** Se refere a valor contabilizado em 31/12/2018 a restituir a Claro Telecomunicações, referente valor de saldo recebido a maior das faturas dos meses de setembro a dezembro/2018.

- **Depósitos equivocados em conta banco:** conta apresenta saldo anterior de R\$ 0,35 e no dia 27/12/2018 foi contabilizado o valor de R\$ 20,00 referente a Depósito a maior pela presidente Margareth Ziolla devido ao pagamento de hospedagem Brematur.

3.18 – Patrimônio

Composição de saldo em 31/12/2018:

Contas	R\$
Resultado Acumulados	16.903.071,33
Total	16.903.071,33

Saldo apresentado em conta se refere ao resultado acumulado apurado ao final do exercício de 2018, assim composto:

Superávit exercício 2012	5.237.201,89
Superávit exercício 2013	2.705.384,49
Superávit exercício 2014	3.191.302,68
Superávit exercício 2015	2.334.843,78
Superávit exercício 2016	3.182.905,95
Déficit exercício 2017	(191.712,16)
Ajustes de exercícios anteriores - 2017	(1.303.468,32)
Superávit exercício 2018	2.300.460,22
Ajustes de exercícios anteriores - 2018	(553.847,20)
Resultado Acumulado	16.903.071,33

Os ajustes de exercícios anteriores contabilizados no exercício de 2018 se referem a valores de PDD das anuidades de PF e PJ. Não foram encontradas irregularidades.

3.19 – Receitas

Composição de saldo em 31/12/2018:

Receita Orçamentária	31/12/2018	31/12/2017	Varição
Contribuições	4.419.874,01	3.949.038,31	(470.835,70)
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	5.502.727,63	5.374.781,92	(127.945,71)
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	962.313,12	1.220.753,68	258.440,56
Outras variações patrimoniais aumentativas	1.091.491,97	15.085,69	(1.076.406,28)
Total Receitas	11.976.406,73	10.559.659,60	(1.416.747,13)

Examinamos as movimentações das contas de receitas, efetuando confronto com relatório financeiro de receitas.

Receitas com serviços se encontram contabilizadas receitas com emolumentos com registro de responsabilidade técnica - RRT no exercício, a qual se refere a receita mais relevante do exercício no montante de R\$ 5.424.414,13. Já no grupo de outras variações patrimoniais aumentativas encontra-se contabilizado os valores referentes a reversão de provisão de PDD sugerido pelo CAU BR nos valores de R\$ 666.363,07 de PF e R\$ 388.520,20 de PJ.

3.20 – Despesas

Composição de saldo em 31/12/2018:

Variação Patrimonial Diminutiva	31/12/2018	31/12/2017	Varição
Pessoal e Encargos Sociais	(4.996.445,82)	(4.377.454,37)	618.991,45
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	(3.458.159,97)	(3.879.352,22)	(421.192,25)
Transferências Concedidas	(1.221.340,72)	(1.159.681,90)	61.658,82
Desvalorização e Perda de Ativos	0,00	(1.054.883,27)	(1.054.883,27)
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	(280.000,00)	(280.000,00)
Total Receitas	(9.675.946,51)	(10.751.371,76)	(1.075.425,25)

Examinamos as movimentações contábeis, efetuando confronto com documentação comprobatórias, empenhos e extratos bancários do período.

As despesas mais relevantes se referem a:

Salários	(2.438.203,96)
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	(576.713,44)
Locação de bens imóveis	(455.675,16)
Vale alimentação/refeição	(453.292,00)
Total	(3.923.884,56)

Constatamos que não houve movimentação no exercício de 2018 nas contas de “desvalorização e perda de ativos” que se referem aos valores de provisão para perdas de créditos de anuidades pessoas físicas e jurídicas, constituídas no exercício de 2017. Já na conta de “outras variações patrimoniais diminutivas” se referem aos valores de provisão para contingências judiciais trabalhistas, também constituídas no exercício de 2017.

Ressalvamos quanto aos valores de depreciações contabilizadas em 31/01/2018 no valor de R\$ 60.000,00 em conta de bens imóveis, sendo deste valor R\$ 45.000,00 das competências outubro, novembro e dezembro de 2017 reconhecidas contabilmente no resultado do exercício de 2018.

4 – Declarações Legais e Obrigatórias

Examinamos as declarações do exercício, constatando as seguintes situações:



- **SEFIP mensais:** Localizamos nas pastas de documentos contábeis, SEFIP mensais entregues e devidos protocolos.

Salientamos ainda quanto classificação do percentual da alíquota RAT incorreta, conforme já comentado neste relatório.

- **DCTF mensais:** Examinamos as declarações mensais, não sendo encontradas irregularidades.

- **CAGED mensais:** Não foram localizadas/apresentadas. Tem por finalidade o registro de admissões e demissões e o prazo de entrega é até o dia 07 do mês subsequente, o enviou ou entrega fora do prazo sujeitara ao pagamento de multa.

- **RAIS exercício 2018:** Não foram localizadas/apresentadas. Tem por objetivo dar suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, o atraso na entrega da declaração, omissão ou declaração falsa ou inexata, sujeita o estabelecimento à multa, conforme determina a Portaria nº 14, de 10 de fevereiro de 2006, alterada pela Portaria nº 688, de 24 de abril de 2009

- **DIRF exercício 2018:** Possui data de entrega datada de 25/04/2019, tipo de declaração retificadora, conforme consulta realizada pelo CAU PR ao site da Receita Federal.

5 – Orçado X Realizado

Na verificação do balanço orçamentário, constatamos os seguintes valores de receitas e despesas orçamentárias:

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas	15.801.948	15.928.671	10.024.901	(5.903.770)
Receitas de contribuições	3.584.293	3.739.903	3.475.550	(264.353)
Receitas de serviços	6.106.042	6.444.126	5.569.091	(875.035)
Financeiras	1.087.613	875.879	937.601	61.722
Outras receitas correntes	0	45.763	42.659	(3.104)
Receita de capital	5.024.000	4.823.000	0	(4.823.000)

Observamos quanto a receita de capital, estimando o superávit para o exercício em R\$ 4.823.000,00, valor superior ao resultado efetivo do exercício. Nas contas de receitas, a conta de emolumentos com registro de responsabilidade técnica – RRT teve receita realizada no valor de R\$ 5.531.915 enquanto a previsão atualizada apresentou o valor de R\$ 6.444.126, receita realizada a menor em R\$ 912.211.

As demais contas de receita não foram observadas saldos relevantes apresentado.



	Dotação	Dotação	Despesas	Despesas	Despesas	Saldo
	Inicial	Atualizada	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	Dotação
Despesas	15.801.948	15.928.671	9.411.175	9.300.889	9.265.861	6.517.496
Despesa Corrente	10.777.948	11.111.671	9.386.583	9.276.297	9.241.269	1.725.088
Pessoal	5.200.388	5.703.757	5.206.148	5.206.148	5.206.113	497.609
Material de Consumo	148.500	91.482	69.292	66.734	66.734	22.190
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	701.833	682.976	545.714	539.149	538.779	137.262
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.105.319	3.064.155	2.096.106	1.988.379	1.953.756	968.049
Encargos Diversos	352.700	307.850	247.399	247.399	247.399	60.451
Despesas de Exercícios Anteriores	0	111.000	110.588	110.588	110.588	412
Transferências Correntes	1.214.208	1.150.451	1.111.336	1.117.900	1.117.900	39.115
Reserva de Contingência	55.000	0	0	0	0	0
Crédito Disponível Despesa de Capital	5.024.000	4.817.000	24.592	24.592	24.592	4.792.408
Investimentos	5.024.000	4.817.000	24.592	24.592	24.592	4.792.408

Nas despesas, podemos observamos variação a dotação inicial das seguintes contas:

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada	Empenhadas	Dotação
Obras, Instalações e Reformas	3.308.000	0	3.308.000
Equipamentos e Materiais Perman	1.437.000	24.592	1.412.408
Serviços Prestados	2.385.381	1.613.725	771.656
Pessoal e encargos	5.523.373	5.075.776	447.597

A maioria das contas com saldos mais relevantes de dotação se referem a dotações atualizadas que houveram valor menor de despesas empenhadas.

6 – Licitações, contratos e convênios

a) Licitações e contratos:

Comentários Gerais

Examinamos as aquisições de materiais e serviços ocorridas pela CAU PR no exercício de 2018 nas modalidades de licitações e dispensa de licitações através de amostragem, avaliando os procedimentos e controles internos em cada processo de acordo com a Lei nº 8.666/93.

No exercício de 2018, toda a documentação referente a cotações, certidões e solicitações estão arquivadas em caixas de arquivo sem uma ordem para a guarda dos mesmos. Pela contabilidade identificamos os pagamentos e os respectivos documentos de comprovação do mesmo.



O CAU PR não nos apresentou nenhum relatório, planilha e/ou instrumento de controle das licitações ocorridas no ano.

Como procedimento alternativo, através do método de amostragem, selecionamos despesas e gastos pela contabilidade para verificar documentação e processos de compras, daqueles que conseguimos identificar nas caixas de arquivos disponibilizadas:

- R\$ 11.039,19 - Toti Promo Ltda.
- R\$ 13.476,63 - Toti Promo Ltda.
- R\$ 10.930,48 - Toti Promo Ltda.
- R\$ 9.015,81 - Toti Promo Ltda.
- R\$ 34.688,70 - Toti Promo Ltda.
- R\$ 8.600,00 - IOC Capacitação Ltda.
- R\$ 7.620,00 - IOC Capacitação Ltda.
- R\$ 29.173,07 - Imobiliária Confronto Ltda.
- R\$ 20.069,40 - Imobiliária Confronto Ltda.
- R\$ 7.800,00 - NWS Tec. Informática Ltda.
- R\$ 51.657,86 - S&R Adm. e Terceirização de Mão de Obra Ltda.
- R\$ 54.265,00 - S&R Adm. e Terceirização de Mão de Obra Ltda.
- R\$ 55.502,00 - S&R Adm. e Terceirização de Mão de Obra Ltda.
- R\$ 54.683,18 - S&R Adm. e Terceirização de Mão de Obra Ltda.
- R\$ 5.916,68 - Interativa Soluções Impressão Ltda.
- R\$ 1.597,90 - Diário de Serviços de Intr. e Publicações Ltda Epp.
- R\$ 5.269,12 - Interativa Soluções Impressão Ltda.
- R\$ 4.750,13 - Interativa Soluções Impressão Ltda.
- R\$ 3.358,33 - Findare Contábil
- R\$ 5.274,32 - Interativa Soluções Impressão Ltda.

Detalhamos a seguir os tipos de compras/gastos efetuados e examinados:

- **R\$ 11.039,19 - Toti Promo Ltda:** Pago a Toti Promo LTDA, liquidação 1529 do empenho 1025, Transferência eletrônica 092041, Nota Fiscal 765 ref. a Valor empenhado a Toti Promo Ltda, Pregão Eletrônico 002/2018, referente a serviços de organização da Reunião e Plenária do CAU/PR, realizadas na cidade de Maringá, nos dias 27 e 28 de agosto. Processo entregue somente no dia 05/09/2018 para empenhar. Agosto/2018. Em 20/09/2018

- **R\$ 13.476,63 - Toti Promo Ltda:** Pago a Toti Promo LTDA, liquidação 2195 do empenho 1356, Transferência eletrônica 111217, Nota Fiscal 785 ref. a Valor empenhado a Toti Promo LTDA, Pregão Eletrônico nº 002/2018, referente a realização de Plenária ordinária mensal na cidade de Guarapuava-PR. Evento deliberativo previsto em regimento do CAU/BR e CAU/PR. Em 12/11/2018

- **R\$ 10.930,48 - Toti Promo Ltda:** Pago a Toti Promo LTDA, liquidação 2196 do empenho 1264, Transferência eletrônica 111218, Nota Fiscal 783 ref. a Valor empenhado a Toti Promo LTDA, Pregão eletrônico nº002/2018, ref. a realização de Evento ATHISCAU, que ocorrerá na Capela Santa Maria, em Curitiba/PR.



- **R\$ 9.015,81 - Toti Promo Ltda:** Pago a Toti Promo LTDA, liquidação 2505 do empenho 1520, Transferência eletrônica 22017, Nota Fiscal 802 ref. a Valor empenhado a Toti Promo LTDA, referente a Organização e coffee break para evento pertencente à Semana de Arquitetura e Urbanismo 2018. Organização de evento no Auditório Poty Lazzarotto, no Museu Oscar Niemeyer em comemoração ao dia do Arquiteto e Urbanista de 2018 e Palestra ATHIS - Coffee break e palestra com transmissão.

- **R\$ 34.688,70 - Toti Promo Ltda:** Pago a Toti Promo LTDA, liquidação 2507 do empenho 1520, Transferência eletrônica 22019, NF 810 ref. A valor empenhado a Toti Promo Ltda para organização de coffee-break do evento pertencente à Semana de Arquitetura e Urbanismo 2018. Organização de evento no Auditório Poty Lazzarotto, no Museu Oscar Niemeyer em comemoração ao dia do Arquiteto e Urbanista de 2018 e Palestra ATHIS - Coffee break e palestra com transmissão.

- **R\$ 8.600,00 - IOC Capacitação Ltda:** Liquidação do Empenho 1384, referente Nota Fiscal nº 1960 do favorecido IOC CAPACITAÇÃO LTDA, referente a contratação dos serviços de empresa especializada para ministração de curso de capacitação sobre o Sistema de Escrituração Fiscal Digital (EFD Reinf), braço do eSocial /SPED, permitirá fornecer aos funcionários envolvidos com este novo sistema subsídios para o cumprimento do dever legal.

- **R\$ 7.620,00 - IOC Capacitação Ltda:** Pago a IOC CAPACITAÇÃO LTDA, liquidação 2512 do empenho 1386, Transferência eletrônica 122024, Nota Fiscal 1980 ref. a Valor empenhado a IOC CAPACITAÇÃO LTDA, referente a contratação de serviço de empresa especializada para ministração de curso de capacitação sobre licitações e contratos permitirá atender a legalidade das contratações por meio de licitação, proporcionando o cumprimento do dever legal desta autarquia. Em 17/12/2018.

- **R\$ 29.173,07 - Imobiliária Confronto Ltda:** Liquidação do Empenho 20, referente Boleto Bancário nº 0000068320 do favorecido Imobiliária Confronto LTDA, referente ao aluguel da sede do CAU/PR- Fevereiro/2018.

- **R\$ 20.069,40 - Imobiliária Confronto Ltda:** Pago a Imobiliária Confronto LTDA, liquidação 1741 do empenho 20, Debito em conta corrente 100.509, boleto bancário 0000072589 ref. a valor empenhado a Imobiliária Confronto LTDA, locação de imóvel para Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo Curitiba-PR durante o exercício de 2018. Em 31/10/2018.

- **R\$ 7.800,00 - NWS Tec. Informática Ltda:** Liquidação do Empenho 846, referente Nota Fiscal nº 000.000.157 do favorecido NWS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA - EPP, referente a processo para renovação da assinatura do ADOBE ACROBAT PRO DC conforme Pregão Eletrônico 2017/ADM/05.0104-00.Licença de Renovação de uso do Software ADOBE PROFISSIONAL (ACROBAT PRO DC), assinatura anual 10 unidades - Valor Uni. R\$ 780,00 - Valor Total R\$ 7.800,00. Em 17/12/2018.

- **R\$ 51.657,86 - S&R Adm. e Terceirização de Mão de Obra Ltda:** Liquidação do Empenho 15, referente Nota Fiscal nº 44 do favorecido S&R - Administração e Terceirização de Mão de



Obra LTDA, prestação de serviço de limpeza e conservação para o CAU/PR - Janeiro/2018. Em 22/02/2018.

- **R\$ 54.265,00 - S&R Adm. e Terceirização de Mão de Obra Ltda:** Liquidação do Empenho 1191, referente Nota Fiscal nº 52 do favorecido S&R - Administração e Terceirização de Mão de Obra LTDA, prestação de serviços de limpeza e conservação para o CAU/PR - setembro/2018. Em 12/11/2018.

- **R\$ 55.502,38 - S&R Adm. e Terceirização de Mão de Obra Ltda:** Liquidação do Empenho 1191, referente Nota Fiscal nº 53 do favorecido S&R - Administração e Terceirização de Mão de Obra LTDA, pela aquisição ou serviços prestados. Outubro/2018. Em 17/12/2018.

- **R\$ 54.683,18 - S&R Adm. e Terceirização de Mão de Obra Ltda:** Liquidação do Empenho 1191, referente Nota Fiscal nº 54 do favorecido S&R - Administração e Terceirização de Mão de Obra LTDA, limpeza e conservação do CAU/PR - novembro/2018-17/12/18.

- **R\$ 5.916,68 - Interativa Soluções Impressão Ltda:** Pago a Interativa Soluções em Impressão LTDA, liquidação 2053 do empenho 13, Transferência eletrônica 102963, Nota Fiscal 9483 ref. a Valor empenhado a Interativa Soluções em Impressão LTDA, locação de impressoras e manutenção das mesmas, durante o exercício de 2017 na sede do Conselho em Curitiba/PR. Setembro/2018. Em 29/10/2018.

- **R\$ 1.597,90 - Diário de Serviços de Intr. e Publicações Ltda:** Pago a DIARIO SERVICOS DE INTERMEDIACAO EM PUBLICACOES LTDA - EPP, liquidação 1255 do empenho 16, Débito em Conta Corrente 80.314, Nota Fiscal 000.042.055 ref. a Valor empenhado a DIARIO SERVICOS DE INTERMEDIACAO EM PUBLICACOES LTDA - EPP, referente a serviços de publicações do Conselho no Diário Oficial da União para o exercício de 2018. Referente a Extrato de renovação de contrato Administrativo nº 004/2017-L2, referente ao processo Administrativo 2017/ADM/06.0119-00. Referente ao resultado da licitação do Pregão Eletrônico nº 0004/2018. Agosto/2018. EM 03/08/2018

- **R\$ 5.269,12 - Interativa Soluções Impressão Ltda:** Pago a Interativa Soluções em Impressão LTDA, liquidação 1384 do empenho 13, Transferência eletrônica 082403, Nota Fiscal 9286 ref. a Valor empenhado a Interativa Soluções em Impressão LTDA, locação de impressoras e manutenção das mesmas, durante o exercício de 2017 na sede do Conselho em Curitiba/PR. - Julho/2018. Em 24/08/2018.

- **R\$ 4.750,13 - Interativa Soluções Impressão Ltda:** Pago a Interativa Soluções em Impressão LTDA, liquidação 2264 do empenho 13, Transferência eletrônica 112304, Nota Fiscal 9512 ref. a Valor empenhado a Interativa Soluções em Impressão LTDA, locação de impressoras e manutenção das mesmas, durante o exercício de 2018 na sede do Conselho em Curitiba/PR. Outubro/2018. Em 23/11/2018

- **R\$ 3.358,33 - Fidare Contábil S/S:** Liquidação do Empenho 1626, referente Nota Fiscal nº 3391 do favorecido Fidare Contábil S/S Ltda, Contratação de empresa para Prestação de



serviços contábeis, fiscal, trabalhista e previdenciário para o CAU/PR para o exercício de 2018.

- **R\$ 5.274,32 - Interativa Soluções Impressão Ltda:** Pago a Interativa Soluções em Impressão LTDA, liquidação 2514 do empenho 13, Transferência eletrônica 122026, Nota Fiscal 9588 ref. a Valor empenhado a Interativa Soluções em Impressão LTDA, locação de impressoras e manutenção das mesmas, durante o exercício de 2017 na sede do Conselho em Curitiba-PR em Novembro/2018.

004/2018 Pregão Eletrônico - A presente licitação tem como objeto mediante Pregão eletrônico contratação de empresa especializada em impressão e produção gráfica, incluindo todo material e mão de obra necessários para execução dos serviços de confecção dos cadernos/agendas (para produção de 5.000 unidades), institucionais do CAU/PR do ano de 2018, conforme especificações técnicas e condições contidas no Edital e Anexos I e II, para a utilização do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, em regime de menor preço Global.

Não nos foi apresentado o parecer jurídico deste processo.

002/2018 Pregão Eletrônico: A presente licitação tem como objeto Contratação, de empresa especializada em serviços de organização de eventos, para a realização de eventos promovidos pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU/PR) dentro do estado do Paraná, com o fornecimento de todos os serviços inerentes a sua realização, tais como como mão-de-obra, alimentação, locação de espaços físicos imóveis, equipamentos, materiais e outros itens necessários, conforme solicitado.

Não nos foi apresentado o parecer jurídico deste processo.

Segue o resumo das principais situações encontradas sobre os exames nos processos:

- os processos seguem a orientação da Lei nº 08.666/93 porém, não identificamos parecer jurídico em alguns processos assim como documento do setor responsável pela necessidade da aquisição do serviço ou da compra, objeto das licitações relacionadas;

- o processo 003/2018 não contém a documentação na pasta. Também não localizamos em outras pastas junto aos demais processos;

- vários processos neste exercício fracassaram, assim como foram desertos;

- o contrato com a empresa Findare Contábil S/S Ltda., para prestação de serviços de assessoria/auditoria contábil e trabalhista nos movimentos processuais do CAU/PR não contém orçamentos de outras empresas previsto na lei nº 08.666/96, assim sendo não atende princípio básico da licitação que seleciona a proposta mais vantajosa ao interesse público. Também de assegurar igualdade de condições a todos os interessados no objeto licitado, pois não possui liberdade de contratação. Neste caso a justificativa pelo art. 24 pela emergência da situação;



- os documentos não estão numerados, nem mesmo arquivados de forma que seja possível verificar todas as análises necessárias a ser feitas aos processos, assim como a documentação de proponentes não localizadas. Orientamos para a organização da documentação em arquivo com numeração sequencial e com rubricas com o intuito de manter as informações e documentos em sua totalidade nos processos, passíveis de exames, consultas e confirmações, a qualquer tempo, com a segurança de que todos os documentos estejam arquivados.

b) Convênios

Comentários Gerais

Selecionamos, a partir das informações contábeis para examinar os valores de convênios e contratos registrados e vigentes no ano. O sistema de arquivo não nos dá segurança que os documentos examinados representam a totalidade dos mesmos em cada processo ou mesmo que não existe algum processo que não tenha movimento contábil ou mesmo esteja em registro contábil diferente para inclusão nos exames. Estão arquivados em caixas de arquivo sem uma ordem definida. Além da contabilidade realizamos a verificação física das caixas onde estão arquivados os mesmos.

Examinamos os convênios realizados no ano observando que não existe uma sistemática de exigência da prestação de contas dos valores aplicados pelos conveniados, que atendem o objeto do convênio.

Observamos que a entidade vem adotando como procedimento a inclusão das notas fiscais apresentadas pelos conveniados na aplicação do objeto do convênio. Porém observamos que em diversos casos não nos foi apresentada as notas fiscais e outros apresentados notas fiscais que comprovam parte da aplicação, caracterizando assim a deficiência na confirmação da aplicação dos recursos objeto do convênio.

Nos convênios abaixo analisados, não identificamos movimentação financeira no ano de 2018.

Nos itens abaixo detalhamos a situação de cada convênio:

1 - 004/2018 - OBJETO: Esta Chamada Pública de Apoio Institucional visa à seleção de projetos a serem apoiados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR.

Na modalidade Patrocínio Cultural e/ou Técnico, conforme as disposições da Deliberação CAU/PR nº 25, de 26 de maio de 2015, e deste Edital de Chamada Pública de Apoio Institucional nº 004/2018 o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU/PR) comunica que os projetos “Confecção da 9ª Edição da Revista AREA-MCR” e “Acústica na Arquitetura”, apresentados pela Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos (AREA) para o Edital de Chamada Pública de Apoio Institucional para Projetos na Modalidade Patrocínio Cultural e/ou Técnico nº 004/2018, foram considerados habilitados para serem avaliados pelo Conselho Diretor do CAU/PR.



2 - 002/2018 - OBJETO: Esta Chamada Pública de Apoio Institucional visa à seleção de projetos a ser apoiados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

Na modalidade Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS – conforme as disposições da Deliberação CAU/PR nº 25, de 26 de maio de 2015, e deste Edital de Chamada Pública de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS – nº 002/2018. Projeto Humanize, apresentado pela Trena Assistência Técnica para o Edital de Chamada Pública de Apoio Institucional para Projetos na Modalidade Patrocínio Cultural. Verificamos o projeto base assim como a documentação da Trena Assistência Técnica e Ata de análise de habilitação jurídica e fiscal referente ao edital 0002/2018-ATHIS.

7 – Departamento de pessoal

Examinamos e revisamos as informações referente as folhas de pagamento do exercício, assim como exame de documentação de funcionários e controles internos, referente ao exercício.

No exercício de 2018 foram nomeados funcionários através de portarias, conforme concurso público realizado e cargos em comissão.

Observamos que no exercício de 2018, conforme Ata nº 01/2019 da Reunião Ordinária da CPFi-CAU/PR, “que dispõe sobre a não aprovação das contas do mês de dezembro de 2018, vez que a folha de pagamento do CAU/PR prevê dispêndios com cargos que não constam no Organograma vigente”.

Em nossos exames observamos as nomeações de funcionários para exercer cargos em comissão, os quais foram ajustados posteriormente em novas portarias, conforme descrito abaixo:

- Elaine Cristina Nieviadonski, nomeada através de portaria nº 201 de 07 de novembro de 2018 para o cargo de Coordenadora de Gabinete pertencente ao grupo DAS 2 e, alterando seu cargo através de portaria nº 223 de 25 de março de 2019 para o cargo de Supervisora, pertencente ao grupo DAS 1.

- Alessandro Boncompagni Junior, nomeado através de portaria nº 202 de 07 de novembro de 2018 para o cargo de Supervisor de Gabinete pertencente ao grupo DAS 1 e, alterando seu cargo através de portaria nº 219 de 01 de fevereiro de 2019 para o cargo de Supervisor, pertencente ao grupo DAS 1.

- André Felipe Casagrande, nomeado através de portaria nº 184 de 21 de setembro de 2018 para o cargo de Gerente de Marketing. Foi considerado para a presente nomeação, o valor da remuneração do grupo ocupacional G I, Nível 2, do Anexo I, da Deliberação nº 023, do CAU/PR, de 09 de fevereiro de 2015. A portaria nº 196 de 01 de novembro de 2018 revogou a portaria nº 184 e nomeou André Felipe Casagrande para exercer o cargo de Assessor de Comunicação, pertencente ao grupo DAS 4, conforme Deliberação Plenária DPOPR nº 081-02/2018 do CAU/PR. O valor da remuneração para a nomeação foi do grupo AS I, Nível 1, do Anexo I da Deliberação nº 023, do CAU/PR, de 09 de fevereiro de 2015.

Também observamos que neste exercício foi exonerado os funcionários Edson Alberto Ramos, Augusto Vianna Ramos, Rafaelli Renata Waszak, João Armando Zanato da Silva, Walter



Gustavo Linzmayer, Andressa Fabiana de Oliveira e Tiago Kovascki Borges Polippo, ambos contratados como Cargos em Comissão (CC), em cumprindo de despacho de decisão, sentença número 5043086-45.2014.4.04.7000/PR, datada de 02/10/2018.

Foram examinadas as portarias que constavam no portal da entidade, porém conforme conversado com os responsáveis, foi disponibilizado trabalho realizado por comissão interna do CAU/PR onde menciona possíveis irregularidades entre portarias que constam no portal e portarias arquivadas no cofre.

Os funcionários passaram a ser filiados ao SINDIFISC-PR a partir do exercício de 2015.

7.1 – Exame de documentação de funcionários

Examinamos através de amostragem, as pastas de funcionários utilizando como base a folha de pagamento de competência dezembro de 2018. Constatamos as seguintes situações:

Gina Gualineli Paladino

- Não tem declaração de dependentes para o imposto de renda na Pasta
- Ficha Registro de Empregados não está assinada.

Alessandro Boncompagni junior

- Não tem assinatura na ficha de empregados
- Não tem declaração de dependentes para o imposto de renda na Pasta

Caori Nakano

- Não tem assinatura na Ficha de Empregados
- Não tem declaração de dependentes para o imposto de renda na Pasta

Cleverson João Veiga

- Não tem assinatura na ficha de Empregados

Dilecta Aparecida Schmidt de Oliveira

- Não tem assinatura na ficha de Empregados

Dos funcionários acima que não possuem declaração de dependentes para fins de imposto de renda, observamos em fichas cadastrais dependentes informados, orientamos que todos os funcionários possuam, mesmo que não tenham dependentes. Observamos que a declaração de dependentes está baseada conforme Lei nº 9.250, de 1995, art 35; RIR/1999, art.77, § 1º; IN SRF nº 15, de 2001, art. 38.

7.2 – Equiparação salarial



No exercício de 2018 não constatamos situações de equiparação salarial nas folhas de pagamento.

7.3 – Vale transporte e vale alimentação

No exercício de 2018, revisamos os pagamentos dos vales transportes e alimentação aos funcionários. O Auxílio Alimentação conforme ACT 2018, passou para o valor de R\$ 45,00 por dia trabalhado, ressalvado o número mínimo de 22 dias. Concedido em pecúnia, não encontrando situações a serem comentadas.

7.4 – Cartão ponto – jornada de trabalho

A partir do exercício de 2015 o Conselho passou a controlar a jornada diária de seus funcionários através de sistema de cartões pontos.

Horas trabalhadas além das 8 (oito) horas normais diárias estabelecidas em acordo coletivo são computadas no banco de horas, controladas no sistema.

Observamos ainda que em folha de pagamento consta jornada mensal de 220h mensais, configurando jornadas semanais de 44h. A jornada diária dos funcionários do CAU PR, na grande maioria, é das 09h às 12h e das 13h às 18h, com intervalo das 12h às 13h de segunda a sexta, somando assim jornada semanal de 40h, o que pode causar passivos trabalhistas.

7.5 – Plano de Salários

Deliberação Nº 023 de 09 de fevereiro de 2015 aprova o plano de salários dos empregados do CAU/PR, essa deliberação só foi cumprida em 2019.

7.6 – PPRA e PCMSO

O PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais com vigência 2018/2019 está datado de 16/08/2018. O programa anterior possuía vigência até 14/05/2018.

Já o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional com vigência 2018/2019 está datado de 15/08/2018. O programa anterior possuía até 14/05/2018.

Ressalvamos quanto a falta de assinatura nos programas e ao período entre o fim da vigência do programa anterior e data de emissão de novo programa.

7.7 – Livro de inspeção do trabalho

Solicitamos o livro de inspeção do trabalho do CAU/PR, observando que o mesmo está datado de 01 de janeiro de 2012, não possuindo nenhum registro de inspeção.

7.8 – Exames médicos admissionais



Foram examinados os exames de funcionários contratados no exercício de 2018, não sendo encontradas situações a serem comentadas.

7.9 – Adicionais, Auxílios e Gratificações

Em 2018 foi pago Auxílio Formação conforme cláusula décima do ACT 2018, onde diz que se o curso for de interesse do funcionário o CAU/PR ressarcirá 50% da Bolsa até o limite mensal de R\$ 300, se o curso for de interesse profissional do CAU/PR, este custeará 100% do curso. O Empregado terá que comprovar que está cursando e ter assiduidade de no mínimo 75%.

Também constatamos o pagamento de gratificação comissão 10% estabelecida pela Plenária DPOPR nº 081-02/2018 deliberação.

7.10 – Exame das folhas de pagamento

Conferimos os cálculos e valores informados em folha de pagamento, revisando os valores de proventos e descontos, efetuando confronto com controles e informações do setor de RH do conselho, examinamos também por amostragem as bases de cálculos e retenções de INSS, FGTS e IRRF retidos dos funcionários e parte empresa.

Quanto ao INSS parte empresa, destacamos quanto a classificação do percentual da alíquota RAT incorreta, conforme já comentado neste relatório.

7.11 – Processos Trabalhistas

Conforme nota explica número 3.8 – Provisão para riscos cíveis e trabalhistas:

“Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2018 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PR



procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2018.

Base de mensuração – O CAU/PR adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

Reflexo patrimonial comparativo

	2018	2017
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	(20.000,00)	(20.000,00)
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	(260.000,00)	(260.000,00)
Total	(280.000,00)	(280.000,00)

Do montante de R\$ 280.000,00 da variação patrimonial diminutiva decorrente das provisões registradas em 2017, R\$ 90.000,00 referem-se a ações ajuizadas em exercícios anteriores, registradas de forma acumulada, alterando o efetivo resultado patrimonial de 2017, conforme detalhado na nota explicativa 3.12.”

Conforme já comentado no decorrer de nosso relatório, chamamos a atenção que na resposta enviada aos auditores que revisaram as demonstrações contábeis da época, o prognóstico de perda destes processos em parecer jurídico consta como **possível**, o termo possível não necessita obrigatoriamente lançamento contábil, mas informação em notas explicativas. O saldo apresentado em conta não teve movimentação no exercício de 2018, sendo o saldo apresentado em conta referente a provisão constituída no exercício de 2017.

8 – Presidente, Vice Presidente e Conselheiros do CAU/PR no exercício

Conselheiros Gestão 2018-2020

Titular

Margareth Ziolla Menezes – Presidente

Luiz Eduardo Bini Gomes da Silva – Vice Presidente

Alessandro Filla Rosaneli

Amir Samad Shafa



Antônio Claret Pereira de Miranda
Cláudio Forte Maiolino
Cristiane Bicalho de Lacerda
Dalton Vidotti
Eneida Kuchpil
Giovanni Guilherme Medeiros (renúncia)
Irá José Taborda Dudeque
Jeferson Hernandez Cardoso Pereira
João Virmond Suplicy Neto
José Henrique Hartmann de Carvalho
Nestor Dalmina
Ronaldo Duchenes – Ex presidente (renúncia)

Suplente

Gustavo Canhizares Pinto
Diorgenes Ferreira Ditrich
Alexander Fabbri Hulsmeyer
Carla Cristina Macedo Kiss
Márcio Innocenti Ribeiro de Ramos
Jefferson Luiz Keller
Frederico Rupprecht Silva Bompeixe Cartens (renúncia)
Ricardo Luiz Leites de Oliveira
Márcio Cesar Ribeiro Peixoto
Ormy Leocádio Hutner Junior
Jonny Magalhães Stica (renúncia)
Rafael Zamuner
Cláudio Luiz Bravim da Silva
Rafaela Weigert
Mika Yada Noguchi
Antônio Weinhardt Junior